

ORIGEM DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

ROSANA APARECIDA SILVA ROMERO^{1*} - PUCSP

Programa de Estudos em Pós -Graduação em Educação: História, Política, Sociedade
Agencia Financiadora: CAPES

Introdução

Ingressei na Rede Municipal de São Paulo como professora de ensino fundamental, atuando nas séries iniciais como polivalente em 2002. Anos mais tarde, já atuando na coordenação-pedagógica da EMEF João Ramos Pernambuco Abolicionista, entrei em contato com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2010). O documento apresenta um histórico da escola, considerada com uma das mais antigas, que muito me intrigou. O trecho está exposto a seguir:

“Pode-se dizer que não só a Escola Municipal de 1º Grau “João Ramos” teve seu início por iniciativa da Professora Dona Alba Novo de Azevedo, como também o próprio Ensino Municipal.

Em 1º de fevereiro de 1956, a professora Dona Alba abriu em sua casa a “Escola Particular do Tremembé” com 60 alunos de 1ª série. Improvisou um mobiliário, comprou uma lousa. Usou o rancho, a garagem e o jardim de sua residência e iniciou as aulas. A escola funcionou normalmente durante o 1º semestre, contudo, não foi registrada. No início de junho do mesmo ano, num jantar na casa de seu cunhado Nelson Junqueira de Azevedo, chefe do Cerimonial do Gabinete do então Prefeito Dr. Toledo Piza, que se fazia presente, a professora Alba pediu-lhe que a nomeasse Professora Municipal, após lhe contar sobre sua escolinha. O Dr. Toledo Piza respondeu-lhe que não podia atender ao seu pedido, visto que não havia escolas municipais... mas devia haver, respondeu ela; e percorreu por um longo tempo sobre a educação e a necessidade na cidade de São Paulo por mais escolas.

- Dona Alba, disse-lhe o dr. Piza – o que a Senhora propõe é um empreendimento de grande vulto.

- Sim, Dr. Piza. Contudo, o senhor será um grande vulto na História da Educação de São Paulo.

Alguns dias depois a professora Alba é convidada a participar da reunião inaugural, no gabinete do Prefeito, para a fundação da Rede Municipal de Ensino”...(PPP, 2010, p 1)

Este texto suscitou várias indagações, pois, atribui a uma professora a criação de uma escola e, por extensão histórica, da rede municipal de ensino de São Paulo. Surgiu, então, a necessidade de pesquisar sobre o assunto, para buscar a compreensão deste processo que

^{1*} PUC – São Paulo. Mestranda do programa Educação: História, Política, Sociedade. Agência Financiadora: CAPES. Habilitação: Pedagogia.

resultou, em linhas gerais, na criação de uma rede de escolas públicas na capital paulista. Encontrei no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, nomeadamente na área de concentração História e Historiografia da Educação Brasileira, a oportunidade acadêmica para efetuar o exame deste processo. Nesta área, localizei o projeto norteador intitulado História das Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas. Nele, iniciei minhas preliminares incursões no campo de pesquisa da História da Educação Brasileira. Nesta etapa, a pesquisa caracteriza-se por um levantamento bibliográfico sobre a questão em tela. O que já havia sido produzido sobre a origem do ensino municipal na capital? Neste artigo apresentarei os resultados desta pesquisa, que conferem resultados interessantes sobre a criação de um sistema de ensino.

A origem do ensino municipal: primeiras questões

O município de São Paulo, uma das cidades mais populosas do mundo, apresenta uma rede escolar municipal de grandes proporções e relativamente nova. Data de 1956 o início do ensino municipal e nestes 58 anos de existência, apresenta uma rede com 2113 escolas de educação infantil e 545 escolas de ensino fundamental, atendendo a 936.432 alunos. O município possui de cerca de 11,3 milhões de habitantes e a rede municipal atende a 8,2% dessa população. Apenas oito unidades municipais oferecem Ensino Médio, junto com o Fundamental².

O município de São Paulo, hoje, é responsável por um pouco mais de 1/3 das matrículas de ensino fundamental, atendendo a 456.595 alunos distribuídos por suas 545 unidades. O estado, ainda é responsável pelo atendimento a maioria deste público, com 718.577 alunos matriculados em 1080 escolas³.

A primeira questão levantada pelo texto introdutório do Projeto Político Pedagógico citado é sobre a influência política que a professora Alba poderia exercer sobre o poder executivo a ponto de propor ao prefeito, num jantar informal a criação de uma rede pública de ensino numa cidade como São Paulo, que na época já despontava como o maior centro urbano do país. Ainda mais que já havia a rede estadual ofertando ensino primário na capital.

² Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 23 set. 2014

³ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 23 set. 2014.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355030&idtema=117&search=sao-paulo/sao-pauloensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> – Acesso em 04/01/2015

Segundo o Projeto Político Pedagógico da EMEF João Ramos Pernambuco Abolicionista, a conversa de uma professora (Dona Alba) com o prefeito (Wladimir de Toledo Pizza) resultaria na abertura de escolas municipais para a oferta de ensino primário. Será que a rede municipal originou-se a partir da conversa da professora Alba com o prefeito, sendo esta senhora tão atuante na política e tão conhecedora da realidade do município que teria influenciado as decisões do executivo municipal, a partir de um jantar informal? Como andavam as reflexões do município quanto aos problemas educacionais: havia movimentação do executivo e do legislativo sobre esta questão? Seria a escola supracitada a primeira escola da rede municipal de ensino primário? Como era feita a interlocução estado - município nos assuntos relativos à educação?

Iniciou-se, então, um trabalho de levantamento de informações sobre a rede municipal de ensino, pois o referido texto do Projeto Político Pedagógico pareceu um tanto romântico e inverossímil. Como uma rede municipal poderia ser criada a partir de uma conversa informal num jantar? Os investimentos em educação somam grandes vultos e apenas este fato já gera dúvidas sobre a história narrada acima. Ao mesmo tempo, abre outra possibilidade de reflexão, pois esta história deve ter algum fundamento, deve haver algum indício que justifique esta narrativa. Havia certa aproximação da professora Alba com o prefeito (fato comprovado por estarem presentes num jantar na casa de um funcionário da prefeitura) e pelas cartas que o Dr. Toledo Piza escreveu para a professora Alba⁴.

Acredito que esta história não tenha sido criada sem fundamentos. É possível que encontremos alguns outros dados que complementem e/ou justifiquem a criação dessa rede e a razão deste texto introdutório delegar tanta importância para a atuação de uma professora na criação de uma rede municipal.

Como professora da rede municipal, me dei conta de não ter ouvido histórias sobre o início desta rede. Qual seria o seu passado, as condições de sua criação? Ingressei em 2002 e nestes anos transitei por várias escolas em regiões diferentes (subprefeituras Jaçanã/Tremembé e Pirituba) e não tive contato com sua memória e sua história. Este é um movimento bastante intrigante: porque a rede pouco se remete a sua história, como se

⁴ A Escola elaborou um dossiê, registrando depoimentos da professora Alba e ex-alunos, cartas trocadas entre a professora e o Prefeito Toledo Piza, recibos de entrega de materiais para a escolinha que a professora abriu em sua garagem, fotos da escola, inclusive em comemorações cívicas, etc. Este dossiê, fruto da pesquisa de uma professora de História que se interessou pela história da escola, se encontra arquivado na Direção da Escola.

estivesse sempre em busca do novo e como se sua organização não sofresse alterações ao longo do tempo? Quais as marcas históricas que permitiram sua constituição tal como se apresenta agora?

Ensino municipal: em busca de respostas

A partir destas inquietações preliminares, iniciei a pesquisa sobre a origem da rede municipal de São Paulo em produções acadêmicas, revistas e periódicos, arquivo histórico do município e memoriais. Foram localizadas algumas teses e dissertações, além de artigos relacionados à temática em tela. Esse material trouxe algumas respostas e abriu novos campos de indagações.

Nas produções acadêmicas encontramos os trabalhos de Mascaro (1960), Delorenço (1985), Lattouf (2001) e Abreu (2007). Além destes trabalhos acadêmicos, também encontramos os artigos de Lattouf e Hisdorf (2002) e Godoy (2013) que trouxeram respostas a algumas das questões levantadas.

Através da pesquisa bibliográfica pudemos constatar que a rede municipal não surgiu de uma hora pra outra, nem foi fruto da conversa da professora Alba com o prefeito Wladimir de Toledo Piza, como consta no texto do Projeto Político Pedagógico e sim resultou de uma série de acontecimentos que permitiram o amadurecimento da ideia.

Além da questão da municipalização do ensino havia a questão da centralização/descentralização político-administrativa, que perdurou no Brasil desde o Império. A estrutura político-administrativa do país todo ainda sofria a influência do modelo agrário e patriarcal, onde alguns cidadãos influentes se acercavam do governo para influenciar as decisões do mesmo em benefício próprio. As decisões políticas estavam na dependência de acordos entre os políticos e as pessoas que exerciam forte influencia sobre os governos. Isto se dava nas esferas federal, estaduais e municipais, sendo que, nestas últimas, era sentida com maior intensidade devido a proximidade dos cidadãos com o governo municipal.

“Numa sociedade assim dominada por tais valores, só houve lugar reservado às escolas na generosidade paternalista dos grandes senhores porque os governos de orientação popular pouco cuidaram e para tratar de ensino tinham raros vagares. Épocas houve, porém, em que homens públicos – alguns raros, se preocuparam com o ensino e procuraram organizá-lo em moldes mais ou menos racionais, tentando mesmo estabelece-lo à base de cooperação estreita e responsabilidade solidária dos governos centrais e locais. A documentação oficial dada a lume, no fim do século passado, porém, dá conta, em nosso Estado, por inúmeras referências, da

frustração dos empenhos reiterados, no sentido de instalação de uma política descentralizadora e municipalista de real interesse pelas coisas do ensino, como ponto de apoio fundamental para a formação da nacionalidade”. (MASCARO, 1960: 19)

Na pesquisa não encontramos indícios do envolvimento do município com as questões relativas ao ensino até meados do século XX. A educação primária ficava reduzida às poucas vagas ofertadas pela rede estadual (SPOSITO, 1984). A escolarização não era uma necessidade da população. Este quadro modificou-se com o desenvolvimento das indústrias, quando São Paulo se tornou um importante polo industrial cujas fábricas necessitavam de mão-de-obra alfabetizada. A partir de 1950, então, devido ao crescimento demográfico de sua população e ao desenvolvimento da industrialização, a população começou a pressionar o poder público por vagas nas escolas (HIILSDORF & LATTOUF, 2002). Em 1953 o ministro do tribunal de contas do estado e ex-secretário da educação de São Paulo, professor João de Deus Cardozo de Mello, apresentou numa conferência um plano para gradativa municipalização do Ensino (MASCARO, 1960). Porém, ainda não houve movimentação para a implantação da rede municipal.

A criação de uma rede municipal de ensino na Capital começou a ganhar destaque quando alguns vereadores perceberam que a verba destinada a educação era alta e se avolumava cada vez mais. Essa verba começou a se acumular a partir da constituição de 1934 que determinava que Estados e Municípios deveriam investir em educação 10% de suas arrecadações. A constituição de 1946 aumentou a quota para 20%. Como o município expandia demograficamente e crescia o número de indústrias, sua arrecadação foi se elevando e o percentual destinado à educação também. Como os convênios escolares não davam conta de investir todo o montante e a arrecadação do município crescia ano a ano, a verba foi acumulando e chamando a atenção, uma vez que com ela seria possível realizar algumas obras importantes e ganhar notoriedade.

A rede municipal teve início quando já havia uma rede estadual atendendo ao Ensino Fundamental, que na época era denominado Ensino Primário e Ginásial. Até 1943 não havia indícios da participação do município nas questões do ensino primário, apesar da constituição de 1934 já prever o emprego de 10% das receitas de estado e município no desenvolvimento da educação primária. Em 1942 o governo federal publicou o Decreto-Lei Federal 4958 que instituiu os convênios escolares. Em 1943 a capital e o estado assinaram o 1º convênio

escolar, onde o município se comprometeu a adquirir terrenos, construir e mobiliar prédios, empregando, assim, sua quota na educação primária. O estado comprometeu-se a adquirir, construir e manter prédios, além de arcar com a estrutura pedagógica (funcionários e proposta pedagógica). Este primeiro convênio apresentou resultados insignificantes (MASCARO, 1960).

Em 1949 foi celebrado o 2º convenio entre estado e capital, quando Adhemar de Barros era governador e nomeou vários prefeitos para a capital (ABREU, 2007). Tanto no primeiro quanto no segundo convênio, o município se responsabilizaria pela construção de prédios e a aquisição de mobiliário, cabendo ao governo estadual as atribuições de natureza pedagógica e administrativas junto ao funcionalismo.

A rede municipal cresceu paralelamente ao estado, num clima de competição e de superação, em conflito com a rede estadual que, supostamente, deveria atuar em paralelo, num caráter de complementariedade. Quando o município inaugurou sua rede havia ainda em vigência o segundo convênio e o terceiro estava para ser assinado (MASCARO, 1960). A rede municipal rompeu a parceria entre Estado e Município, gerando competição pelos alunos (MASCARO, 1960) e pela eficiência, numa tentativa de “comprovar que o ensino municipal tinha sido mais efetivo em atender a população do que o Estado” (GODOY, 2013: 109).

As primeiras informações pesquisadas dão conta de que sua implementação careceu de planejamento: Henrique Richetti⁵, secretário de educação na gestão de Wladimir de Toledo Piza (11/04/1956 – 7/04/1957), seguindo orientações do prefeito, conclamou o povo para auxiliá-lo na empreitada de erradicação do analfabetismo, convocando os professores desempregados a correrem os bairros e formarem uma lista (com nome, idade, endereço e nome dos pais) com 40 crianças em idade escolar (7 aos 12 anos) que estavam fora da escola; aqueles que conseguissem os alunos e um local seriam nomeados professores e professoras municipais e poderiam começar a lecionar para essa turma. Assim os interessados fizeram,

⁵ Trecho do discurso proferido por Henrique Richetti na ocasião da comemoração dos 25 anos de Ensino Municipal. (Hilsdorf & Lattouf, 2002). Henrique Ricchetti, professor formado pela Escola Normal de São Paulo, fora anteriormente diretor do Grupo Escolar de Lençóis Paulista, cidade vizinha a Bauru. Em meados da década de 1930 tornou-se autor de livros didáticos infantis para a Companhia Editora Nacional. Posteriormente, Henrique Ricchetti assumiu o cargo de Delegado de Ensino na capital, de Deputado Estadual pelo Partido Social Progressista e, em meados da década de 1950, sob o governo de Adhemar de Barros, foi designado Secretário da Educação e Cultura do Estado de São Paulo. Adhemar de Barros e Henrique Ricchetti nasceram em abril de 1901. (CELESTE-FILHO, 2013). Alguns dos títulos publicados por Richetti: INFÂNCIA, 1º livro. 1938; INFÂNCIA 3º livro. 1943; INFÂNCIA: 2º grau. 1952; ALELUIA 3º livro de leitura nível básico. 1971; ALELUIA 4º livro de leitura ensino de 1º grau. 1972; ALELUIA, 2º ano. 1972; Agua da Rosa. 1990.

conseguindo galpões ou salões, alugados ou emprestados, e desta maneira deram início ao ensino municipal. (MASCARO, 1960; HILSDORF & LATTOUF, 2002.)

Esse discurso proferido por Richetti traz as determinações do Decreto Municipal nº 3185, de 02/08/1956, que institui o Sistema Escolar Municipal e o Decreto nº 3186 de mesma data que institui a Série Funcional de Professor Primário do Município. (MASCARO, 1960: 127)

Convênios Escolares e o problema da construção de prédios escolares

Para dar conta da determinação da Constituição vigente, a partir de 1934, estados e municípios poderiam unir forças para resolver o problema de educação do povo, através da celebração de convênios escolares.

“O Convênio entre a União, Estados e Municípios, com a finalidade de implementar um Sistema de Ensino Primário no país, foi consequência da promulgação do Decreto-Lei Federal nº 4598, de 1942, no qual foi instituído o Fundo Nacional de Ensino Primário.

Através deste fundo estabeleceram-se cotas de arrecadação para cada uma das esferas de poder e definiram-se as bases para efetivação dos sistemas educacionais propostos. Como já foi colocado, a Constituição de 1934 estabeleceu uma cota de arrecadação para aplicação nos sistemas de ensino equivalentes ao recolhimento de 20% dos impostos arrecadados pelos Estados e 10% dos impostos arrecadados pelos Municípios com a finalidade do desenvolvimento e manutenção dos sistemas educativos”. (ABREU, 2007: 63)

O 1º convênio escolar foi firmado em 14 de setembro de 1943, quando o interventor do Estado era Fernando da Costa e Francisco Prestes Maia era o Prefeito. A cidade já era o maior aglomerado urbano do país, o maior parque industrial da América Latina e a cidade de maior índice de crescimento urbano do mundo. Através deste acordo prefeitura e estado se uniram para tentar dar conta da oferta de escola para o grande número de crianças que não tinham acesso. Os industriais pressionavam, pois carecia de mão de obra alfabetizada e a população clamava por vagas. Cabia à prefeitura a construção de prédios e ao estado a formação de professores e a abertura das salas. De 43 a 48 o município investiria respectivamente ano a ano 10%, 11%, 12%, 13% e 15% de sua arrecadação no convênio, cumprindo além da determinação da constituição de 1934. O estado se comprometeu a continuar investindo na compra e construção de edifícios escolares, criar quadro de funcionários e dar apoio ao município. (ABREU, 2007)

Este convênio pouco fez pela Educação. As primeiras escolas começaram a ser construídas em 1944, eram prédios grandes, e apenas três foram concluídas na Gestão de Prestes Maia. Abrahão Ribeiro, sucessor de Prestes Maia, priorizou a construção de parques infantis. Em 1946 foi promulgada a nova constituição que elevou a cota a ser investida na educação de 10% para 20%. No final do 1º convênio, Adhemar de Barros era governador do estado e nomeou para prefeito da capital cinco nomes diferentes num curto espaço de tempo. É neste clima que foi celebrado o 2º convênio.

No final do 1º convênio foi montada a comissão executiva que se dedicou ao estudo das bases de renovação do 2º convênio. Quando este foi celebrado a comissão dedicou-se a estudar a situação do ensino e entregou a população “um completo programa de atendimento a todas as necessidades das crianças pobres da cidade, dando-lhes condições plenas de se desenvolver como cidadãos”. (ABREU, 2007: 71).

Esta comissão, ao final de 5 anos, apresentou os seguintes resultados: 900 salas de aula em 52 edifícios. Mesmo com esses números que eram superiores aos apresentados anteriormente, como a população cresceu além do esperado, ainda havia crianças fora da escola. Recebeu diversas críticas, inclusive dos vereadores que não conheciam o problema e foi pressionada pelos vereadores e prefeito pela solução da falta de vagas, sem que considerassem as dificuldades e morosidade que a comissão enfrentava para adquirir novos terrenos e construir os prédios.

Foi neste clima que o 3º convênio foi celebrado: alguns vereadores haviam percebido o volume de dinheiro que se acumulava para investimento na educação e demonstravam interesse não apenas em construir escolas, mas em administrar uma rede independente. Prefeito e governador não se entendiam e, apesar de ter sido promulgado através da Lei Estadual nº 2816 de 27 de novembro de 1954, não chegou a se concretizar. Apenas 17 escolas foram feitas em 5 anos e o convênio foi extinto em 1959. Nos dois últimos convênios foram construídos 500 galpões de madeira que serviriam como instalação provisória até se confirmar a demanda e ser construído um prédio de alvenaria, porém, os barracões acabaram sendo um recurso empregado durante muito tempo. (MASCARO, 1960; ABREU, 2007)

Até 1967 foi superada a fase precária dos galpões de madeira, as escolas municipais ganham prédios modernos e bem aparelhados. Definitivamente é assumida a postura de se distribuir as escolas municipais, em sua maior parte,

pelas áreas externas da capital, sendo poucas as escolas construídas nas áreas centrais (DELORENÇO, 1985: 33)

Esse clima em torno da municipalização do ensino foi crescendo. Quando o prefeito e o governador finalmente se entenderam e assinaram o convênio foram os vereadores que engavetaram o projeto. Havia grande movimentação ao redor dos cargos de prefeito e governador. Jânio Quadros era prefeito na época da celebração do 3º convênio e, assim como alguns vereadores, manifestou interesse em poder empregar a verba destinada à educação sem as amarras do acordo. Jânio deixa a prefeitura em 1955 para assumir o cargo de governador do estado. Neste novo lugar, passa a ser favorável a assinatura do convênio. Porém, seu sucessor na prefeitura não endossa a ideia e o mesmo continua no papel.

O fim dos Convênios Escolares e o início da rede municipal

Em 1956 surge um novo desentendimento entre estado e município. Havia um novo edifício, pronto para ser entregue ao estado. O edifício do grupo escolar Julio Pestana no bairro do Jaçanã já estava pronto, inclusive o diretor já havia atestado o recebimento dos móveis, mas, segundo o noticiário, a prefeitura mandou arrombar o prédio e retirar o moveis por ela mesma fornecidos (MASCARO, 1960).

Em virtude das posições irredutíveis que se colocavam os dois governos, o prefeito cria imediatamente o primeiro grupo escolar municipal do Tucuçuvi e determina a criação do ensino municipal. (MASCARO, 1960)

Não houve estudo por parte da prefeitura sobre a demanda e sobre como implantar escolas. Simplesmente criaram o sistema municipal e lançaram algumas medidas para que a rede funcionasse. Prefeito e secretário da educação conclamaram professores para levantar a demanda e encontrar local para o funcionamento das classes municipais.

“Tratava-se de uma rede de ensino precária, que contava com salas de aluguel (garagens vazias, galpões de madeira), com uma estrutura administrativa e funcional copiada do Estado, com um corpo docente de formação bastante heterogênea. Era denominada essa rede – Sistema de Educação Primária Fundamental. Em 1957 foi criado o Serviço de Orientação Pedagógica, que iniciou seu trabalho com cursos de aperfeiçoamento e atualização para professores. Nesse ano, também as séries funcionais que trabalhavam isoladamente foram reunidas (quando de 4 a 7 classes) ou escolas grupadas (quando de mais de 8 classes). Em 1959 viria, porém, a se estabilizar o Ensino Municipal quando, pela Lei nº 5.607 de 3/6/1959, foi criado na Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento de

Ensino Primário e efetivou os professores, diretores, inspetores e orientadores pedagógicos que estavam em exercício”. (DELORENÇO, 1985: 31 - 32)

Daí a conclusão de Mascaro (1960) que destaca a maneira impetuosa que marcou o início do ensino municipal. Uma maneira que denota falta de planejamento. A começar pela intenção de abrir 100 classes que resultou em mais de 1500 logo nas primeiras semanas. Como o decreto não limitava o número de contratações apareceram mais professores com a documentação exigida do que planejado e a Prefeitura contratou. Não havia como confirmar se a lista apresentada pelos candidatos realmente era composta por crianças fora da escola e a prefeitura não teve outra maneira a não ser contratar os candidatos que trouxessem a documentação.

“A criação do ensino primário municipal, segundo toda a documentação coligida resultou mais da pressão de grupos políticos partidários interessados, do que de estudos de conveniência, oportunidade e métodos de sua instituição. Não corresponderam a qualquer empenho de previsão para que o povo pudesse beneficiar-se com um verdadeiro sistema de escolas primárias. Pelo menos é a conclusão a que os fatos nos conduzem.” (MASCARO, 1960, p.172)

Conclusão

O exposto acima encerra algumas questões e levanta outras. Sinaliza que o ensino municipal originou-se em 1956, fruto do desejo de vereadores e prefeito de investir a quota destinada a educação primária sem a dependência do estado. Pelos convênios a participação da prefeitura ficava limitada à construção dos edifícios e os políticos vislumbraram a possibilidade de ir além e administrar uma rede própria. A população pressionava por vagas, pois a escolarização passou a ser necessária para a inserção social, uma vez que o desenvolvimento industrial trouxe essa demanda.

Num clima de desentendimento com a rede estadual, a prefeitura inaugura sua rede própria criando o grupo escolar no Tucuçuvi e adota a estratégia de arremeter os professores para iniciar a rede municipal de ensino, sem realizar estudos sobre a demanda e sem planejar a extensão dessa ação, resultando na contratação de um número bem maior de professores no início da rede municipal do que o previsto, uma vez que estimaram a contratação de 100 professores e acabaram com cerca de 1500 professores contratados em 15 dias, com classes abertas em locais inadequados. A documentação coligida deixa claro que o prefeito conclamou professores para correr a cidade e trazer as listas prontas, com nome,

endereço, idade e filiação das crianças que estavam fora da escola, bem como a disponibilização do espaço para a abertura da sala de aula. Esta estratégia conferia a estas professoras um caráter quase que heroico, pois sentiam que sua classe era realização de seus esforços e resultou na abertura de classes em garagens, galpões, cômodos de casas, enfim, locais inadequados e de difícil fiscalização por parte da prefeitura, no que se referia ao local e à demanda, pois a prefeitura não tinha como certificar se as crianças atendidas nas classes municipais realmente estavam fora da escola. Mascaro (1960) aventa a possibilidade de muitos desses alunos terem sido atendidos por duas redes (estadual ou particular e municipal), de manhã numa e a tarde na outra, sendo esta possivelmente a primeira forma de atendimento em tempo integral.

Não localizamos na bibliografia consultada apontamentos sobre a preocupação da prefeitura com as questões do ensino ou da proposta pedagógica. Durante a vigência dos convênios coube a prefeitura apenas a construção de prédios, bem como sua mobília. O 2º convênio destaca-se pelo número de classes que construiu, sendo considerado um evento bem sucedido, modelo para outros municípios e estados. Porém não encontramos indícios de diálogo entre as duas instâncias no que diz respeito a parte pedagógica. Ao município cabia construir, mobiliar e entregar os prédios. Dai por diante, estava nas mãos do estado.

Quando iniciou a rede municipal ainda não localizamos como eram feitas as orientações pedagógicas. Sabemos que “em 1957 foi criado o Serviço de Orientação Pedagógica, que iniciou seu trabalho com cursos de aperfeiçoamento e atualização para professores” (DELORENÇO, 1985: 31), porém sentimos a necessidade de buscar maiores informações sobre a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Ivanir Reis Neves. *Convênio Escolar: utopia construída*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2007.
- DELORENÇO, Roseli Gonçalves. *O ensino municipal da Capital de São Paulo* (teoria e estrutura). Dissertação de Mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo: São Paulo, 1985.

GODOY, Alexandre Pianelli. *O modelo escolar paulistano na revista Escola Municipal (1968-1985)*. In: História da Educação (online). Porto Alegre, v. 17. Nº 39. Jan/abr 2013. P 101 a 128.

HILSDORF, Maria Lúcia S. LATTOUF, Marlene de Paulo. *A Participação das mulheres nas origens do ensino municipal de São Paulo*. In: 2º Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira, 2002. Natal. ANAIS do 2º Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira, Natal: UFRGN, 2002. Disponível em: <https://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0528.pdf>

LATTOUF, Marlene de Paulo. *As origens do ensino municipal de São Paulo e a participação feminina*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2011.

MASCARO, Carlos Correa. *O Município de São Paulo e o ensino primário*. Tese de Livre Docência. São Paulo, USP, 1960.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai a escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

Documento:

EMEF JOÃO RAMOS PERNAMBUCO ABOLICIONISTA. Projeto Político Pedagógico. São Paulo, 2010.

São Paulo. Revista Escola Municipal. Ano I, nº 1, Setembro, 1968.

São Paulo. Revista Escola Municipal. Ano I, nº 2, Fevereiro, 1969.